

A história pública nas universidades por meio das mídias digitais: o que dizem as principais obras do mercado editorial brasileiro?

"Public history in universities through digital media: what do the leading works of the Brazilian publishing market convey?"

Alexandre Freitas Campos¹

Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley²

RESUMO: O artigo realiza uma pesquisa bibliográfica/revisão de literatura para pensar a história pública, principalmente enquanto divulgação para ampliação de público (para além do meio acadêmico), nas universidades brasileiras e por meio das mídias digitais. Para isso, nos valem de alguns dos principais livros sobre história pública publicados e impressos no Brasil. A análise leva em conta o contexto social, midiático e da esfera pública, o que inclui o fenômeno da pós-verdade e o combate aos negacionismos.

PALAVRAS-CHAVE: História pública; universidades; mídias digitais; negacionismo; divulgação científica do conhecimento histórico

ABSTRACT: The article conducts a bibliographic research/literature review to explore public history, especially in dissemination aimed at expanding audiences beyond the academic sphere, within Brazilian universities and through digital media. To do so, we draw on what we consider to be some of the main books on public history published and printed in Brazil. The analysis takes into account the contexts of the social, media, and public spheres, including the phenomenon of post-truth and efforts to combat denialism.

KEYWORDS: Public history; universities; digital media; denialism; scientific dissemination of historical knowledge

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de nossa pesquisa de doutorado intitulada “Práticas de divulgação científica e história pública das universidades fluminenses nas mídias digitais”. Para este trabalho realizamos uma revisão bibliográfica em artigos e livros acadêmicos sobre a história

¹ Alexandre Freitas Campos é graduado em Jornalismo e em Cinema/Audiovisual pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Mídia pela UFF e doutorando em História no PPGHS/UERJ.

² Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley é professora titular, graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestra e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e professora no Programa de Pós-graduação em História Social da Uerj e do ProffHistória/Uerj.

pública nas universidades brasileiras, com foco nas mídias digitais. Aqui, analisamos artigos de oito desses livros, extraindo considerações e referenciais teóricos que ajudam a refletir sobre o uso das mídias digitais pelas universidades brasileiras para a divulgação do conhecimento histórico ali produzido.

O significado de história pública é compreendido de forma ampla pelo campo historiográfico. De forma geral, a noção pode ser definida como "formas pelas quais narrativas históricas são produzidas e mobilizadas na sociedade" (Pacievitch, 2021, p. 115). Santhiago (2016) vê a noção como um "guarda-chuva conceitual" que inclui usos do passado, da memória e apropriações históricas em contextos midiáticos e culturais. Para compreender essas formas, ele propõe quatro engajamentos fundamentais que podem se entrecruzar na explicação sobre o fazer história pública: a história feita para o público, com o público, pelo público e a que abarcaria a reflexividade do campo (Santhiago, 2016, p. 28).

Baseando-nos na perspectiva apresentada por Santhiago, a divulgação científica seria uma prática de história pública (a história feita para o público), embora esta última seja mais ampla. Bruno Leal P. de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira concordam com essa conclusão em obra que também será aqui analisada, *História pública e divulgação de história* (2019). O artigo seguirá esse caminho, discutindo como o conhecimento histórico vem sendo difundido pelas instituições formais de ensino e pesquisa, dentro dos parâmetros da divulgação científica. Afinal, como ressalta Carvalho, a divulgação científica não se limita a ciências exatas, mas também é válida em áreas das Humanidades, como sociologia e história (2015, p. 1069).

Dividimos nossa análise dos livros em dois grupos. No primeiro, "história pública e áreas específicas", incluímos obras que conectam a história pública a temas específicos. Seleccionamos o livro citado de Carvalho e Teixeira (2019), além de *História pública e história do tempo presente* (2021), de Rogério Rosa Rodrigues e Viviane Borges; *História pública e ensino de história*, de Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida Ferreira (2021); e *História Digital*, de José D'Assunção Barros (2022). Respectivamente, a divulgação científica, a história do tempo presente, o ensino de história e a história digital ancoram as discussões sobre história pública nessas obras.

No segundo grupo, "história pública e temas gerais", trazemos as obras *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*, de Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago (2016); *Fazendo história pública*, de Benito Bisso Schmidt e Jurandir Malerba (2021); *Novos combates pela história*, de Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (2021), que embora não traga a história pública no título, aborda claramente o assunto (principalmente no que tange aos negacionismos); e, por fim, *Introdução à história pública*, de Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2011), livro que é considerado um marco sobre o assunto no Brasil.

Essas obras representam uma contribuição significativa para o entendimento do assunto no país. Apesar da escassez de trabalhos que conectem história pública, universidades e mídias digitais, nossa pesquisa revelou reflexões importantes sobre o desenvolvimento da história pública no contexto universitário e social atual, incluindo o combate ao negacionismo. Embora nem todos os artigos analisem diretamente a divulgação

do conhecimento histórico nas mídias digitais, todos oferecem insights valiosos para pensar esses três elementos em conjunto.

HISTÓRIA PÚBLICA E ÁREAS ESPECÍFICAS

Começamos pelo artigo “Pesquisa publicada é pesquisa divulgada: a experiência de divulgação da revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos e seus públicos”, de Roberta Cerqueira (2019), constante no livro *História pública e divulgação de história* (2019), de Bruno Leal P. de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira. Nele a autora faz um breve relato de experiência a respeito da referida revista, que é uma publicação da Casa de Oswaldo Cruz, mesmo centro de pesquisa responsável pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS) e vinculado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). No artigo, Cerqueira relata a proposta feita por coordenadores do SciELO (2012) de usar as redes sociais para fazer divulgação científica das publicações da revista. Seu relato remonta o início do projeto, quando os editores da revista muito mal usavam redes sociais, corroborando a máxima de que “historiadores têm presença acanhada no mundo digital” (Cerqueira, 2019, p. 56). A autora do artigo e editora da revista fala sobre o perfil do veículo.

O periódico publica artigos originais relacionados à história da saúde, da medicina, e das ciências da vida, além de veicular trabalhos na área de divulgação científica e de preservação do patrimônio cultural das ciências e da saúde. O seu universo de autores é composto principalmente por historiadores, sociólogos, antropólogos, educadores e profissionais da saúde (Cerqueira, 2019, p. 58).

O artigo faz um breve resumo sobre as mudanças nas formas de divulgação dos periódicos científicos acarretadas pela popularização da internet. Do release impresso ao release digital, que além de enviado passou a ser também publicado no blog da revista. Somou-se a isso o uso das redes sociais. Cerqueira fala sobre o planejamento de divulgação nessas mídias digitais.

O conteúdo do blog, do Facebook e do Twitter engloba compartilhamentos de postagens produzidas por portais de universidades, de instituições de pesquisa, blogs de divulgação científica, associações e sociedades científicas, além de jornais. (...) Um dos recursos utilizados pelos editores de modo a incrementar o fluxo das publicações é solicitar aos autores cujos manuscritos são aprovados que enviem um pequeno texto comentando em linhas gerais o teor do artigo. Esse texto é tratado como um press release e pode ser publicado e utilizado pelas jornalistas como base para a divulgação tanto no blog quanto no Facebook (Cerqueira, 2019, p. 61).

A divulgação científica nas mídias digitais incrementa os acessos à publicação original no periódico científico. A autora exemplifica isso com o caso de um artigo sobre zika vírus, de autoria de Sílvia de Zordo. A partir da divulgação na versão digital do canal de notícias CNN, o número de acessos ao artigo subiu de 66, em outubro de 2017, para 263, no mês em que a matéria foi divulgada, segundo relatoria SciELO.

Desde a criação de seus perfis em redes sociais, em junho de 2013, a revista *História, Ciência e Saúde - Mangueiras* sempre se preocupou em explorar as chamadas “pautas quentes”, dentro do repertório de jargões jornalísticos. Um exemplo vem das “jornadas de junho”, ocasião do lançamento dos perfis. Havia uma intencionalidade dos jornalistas/editores do periódico para aproveitar o tema em evidência, relacionando artigos do periódico científico ao tema, “contribuindo, dessa forma, tanto para estender à revista o alto interesse do público pelo tema já em voga como também para o incremento das discussões a partir de conhecimentos científicos e análises mais aprofundados” (Cerqueira, 2019, p. 62).

Desde então, a estratégia tem sido recorrente pelos responsáveis pelo blog e suas redes sociais. A procura pelo blog da revista como canal de informação e como veículo de divulgação, tanto de matérias de cunho mais acadêmicas como de depoimentos e experiências relacionadas à instituição, segundo Cerqueira, “corrobora o papel importante e a confiabilidade do seu conteúdo” (Cerqueira, 2019, p. 63-64).

Além de usar as pautas quentes relacionando-as com os artigos científicos publicados na revista, outra estratégia do blog é se valer dessas pautas e repercuti-las por meio de pesquisadores da área de saúde, ainda que não haja uma relação direta entre elas e um artigo científico específico publicado na revista. Um exemplo são as eleições presidenciais e sua relação com desafios de saúde pública. Em linhas gerais:

A iniciativa confirma a vocação do blog como um espaço de discussão sobre pesquisas históricas sem se restringir às temáticas específicas e artigos que são publicados na revista, mas que podem ter impacto nos estudos sobre saúde. Ela nos mostra também a capacidade do blog de atrair um público que pode compreender tanto especialistas quanto leigos (CERQUEIRA, 2019, p. 65).

O blog da revista *História, Ciência, Saúde* é um exemplo de estratégia de comunicação que busca extrapolar a comunicação entre pares para falar também com o público amplo. Roberta Cerqueira acrescenta que falar com leigos é também dialogar com especialistas de outras áreas, já que todos nós, por mais especialistas que sejamos em algum campo do conhecimento, somos leigos em outros. Outra consideração importante da autora e

responsável pelo blog diz respeito a um feedback mais amplo que passam a ter ao usarem as redes sociais. Um retorno do público leitor que avaliamos como importante para o planejamento de ações.

O público de especialistas (professores, pesquisadores e alunos de pós-graduação) que curte, compartilha as postagens realizadas no Facebook e mais timidamente no Twitter também nos fornece pistas sobre como alguns objetos históricos ainda apresentam profícuo campo de pesquisa a ser explorado. Essas são percepções que os editores puderam averiguar graças às iniciativas de divulgação da revista na web (...).

O artigo não morre após sua publicação, ganha vida com os comentários e marcações de pessoas e instituições nas postagens que realizamos. É a possibilidade de aferirmos os “outros usos” das pesquisas históricas que publicamos, seja na utilização de artigos em vídeos, seja em notícias ou mesmo em documentos que auxiliem na formação de políticas públicas de ciência e saúde (CERQUEIRA, 2019, p. 68-69).

Em linhas gerais, podemos dizer que Cerqueira acredita que o uso das mídias digitais e redes sociais organiza a informação científica e o campo de pesquisa para os pesquisadores em geral e o público interessado. Esses pesquisadores farão uso do Youtuber, Facebook ou X (antigo Twitter) para obter informações que lhes possam ser úteis. Isso aponta para o modo como a divulgação científica influencia nos rumos da pesquisa, organiza informação e pode até mesmo servir como referência bibliográfica, a depender do caso. A autora cita ainda as premissas do acesso aberto e da democratização do conhecimento que norteiam a revista *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, assim como outros periódicos científicos.

Continuamos em *História pública e divulgação de história*, livro no qual encontramos artigos pertinentes para pensarmos história pública-universidades-mídias digitais. A começar pela “Introdução: os lugares do historiador-divulgador”, escrito pelos organizadores. Teixeira e Carvalho (2019) falam, a partir de Le Goff, sobre o “triunfo da história”, um interesse por parte da sociedade em temas históricos, disponibilizados na mídia em geral. Entretanto, o interesse é pela história e não necessariamente pelos historiadores enquanto mediadores do conhecimento histórico. Isso abre espaço para a atuação de não-historiadores (principalmente de jornalistas) nas práticas de história pública e leva ao debate sobre o papel do historiador na esfera pública. Ao se questionarem sobre por que historiadores não seriam os protagonistas na divulgação de história, os autores afirmam que esta ação raramente foi priorizada por historiadores e instituições acadêmicas. Embora a história tenha se institucionalizado com sucesso no ensino e na pesquisa, criando um circuito robusto de comunicação entre pares por meio de congressos e periódicos, afirmam, a divulgação ao

público geral, com algumas exceções, ficou predominantemente nas mãos de profissionais de outras áreas (Carvalho e Teixeira, 2019, p. 12).

Na mesma obra, o artigo “Café História: divulgação científica de história na internet”, de Bruno Leal de Carvalho, faz um relato de experiência para falar sobre o portal que é referência em divulgação de história no Brasil. O autor, utilizando o relato de experiência, descreve a origem e o desenvolvimento de seu projeto de divulgação do conhecimento histórico, as estratégias de comunicação utilizadas, além dos desafios e resultados. (Carvalho, 2019, p. 106).

O Café História começou em 2008 na plataforma Ning, surgida em 2005 e que permite a criação de redes sociais individualizadas. “Acredito que uma das grandes inovações do Café História nessa primeira fase foi a fusão entre rede social e portal de conteúdo”, avalia Carvalho (2019, p. 109). Nove anos depois, o projeto saiu do Ning e começou como portal construído no Wordpress. As razões para a migração foram a desatualização do Ning; os avanços rápidos e transformações nas tecnologias digitais, com um crescimento do Facebook, que fez diminuir o interesse do público por redes sociais como o Ning; e o desgaste do modelo de redes sociais, reflexo da grande polarização político-ideológica, que fez com que essas redes fossem tomadas por intolerância, denunciismo, desinformação e manipulação de emoções.

Na nova fase, o foco do portal passou a ser a publicação de conteúdos originais desenvolvidos por especialistas, sua produção se tornou mais regular e, visualmente, a página ficou mais clara, simples e organizada. O portal disponibiliza notícias, artigos, entrevistas, bibliografias comentadas etc. Carvalho destaca que o conteúdo do Café História repercute em artigos, monografias, dissertações e teses, recebendo citações nesses trabalhos acadêmicos, o que é um sentido inverso do que ocorre na divulgação científica: normalmente é o conteúdo de divulgação científica que se baseia no conteúdo acadêmico de pesquisa (ou de comunicação científica). Mas o Café História é um bom exemplo de que o contrário pode ocorrer.

Esses dados revelam que, embora a divulgação científica se dirija ao grande público, ela também pode ter um impacto expressivo na comunidade acadêmica (...). Experiências de divulgação para o grande público, desta forma, podem contribuir para se repensar os processos de divulgação e difusão para os pares (Carvalho, 2019, p. 120).

Já Icles Rodrigues, em seu artigo “História no Youtube: relato de experiência e possibilidades para o futuro” (2019), compartilha sua experiência como youtuber/produtor

de conteúdo no canal Leitura ObrigaHistória. Ele discute aspectos técnicos, como a escolha de equipamentos adequados, e aborda o fenômeno da pós-verdade na “videosfera”, ressaltando que a desinformação deve ser uma preocupação e um incentivo para os acadêmicos na divulgação histórica (Rodrigues, 2019, p. 80). Rodrigues também menciona os desafios enfrentados por produtores de conteúdo ao abordar temas sensíveis, pois nem todos têm a capacidade psicológica de lidar com hostilidades geradas pelas abordagens desses assuntos (ibid). Apesar dessas dificuldades, ele defende a importância de “estratégias de atuação que ultrapassem os muros das instituições de ensino” (2019, p. 91) e a valorização do método científico na divulgação.

A ocupação de tais espaços precisa ser feita de modo que seja compreensível aos públicos-alvo a importância do método científico, da avaliação de pares, da bagagem teórico-metodológica, da complexidade de debates que são constantemente vulgarizados, da necessidade de evasão de anacronismos (...). Mais do que entender conteúdo histórico, é preciso que o público entenda o motivo pelo qual nem tudo se encerra no campo da opinião e que nem todas as narrativas são válidas – deve-se atentar para o método, para o respaldo em fontes, evidências e análises de outros profissionais da área (Rodrigues, 2019, p. 91).

Outro livro que consultamos é o *História Digital*, de José D’Assunção Barros (2022), que, embora não use expressamente no título o termo “história pública”, traz reflexões importantes sobre as apropriações das mídias digitais pelos historiadores, inclusive no âmbito institucional das universidades. O autor inicia seu trabalho apresentando um panorama histórico da chamada “sociedade digital”, referindo-se a um período iniciado na última década do século 20 (anos 1990), quando a expansão da internet, da telefonia celular e os decorrentes recursos de comunicação começam a chegar a faixas maiores da população. “Embora os computadores tenham sido inventados em meados do século XX – e a internet (ou o seu equivalente) tenha sido criada na década de 1960 –, é só na última década daquele século que podemos falar mais propriamente em sociedade digital” (BARROS, 2022. p. 31).

Barros discute a “revolução digital”, destacando o rápido avanço tecnológico e seu impacto na historiografia, afirmando que “a tecnologia, informação e comunicação possibilitadas pelo mundo digital afetam (...) o conhecimento histórico produzido por historiadores e não historiadores” (2022, p. 12). Ele também aborda a “sociedade em rede”, caracterizada por uma intensa mediação e multiconexão, que transforma as formas de socialização e a dinâmica da esfera pública. Barros menciona o agravamento de

radicalismos, observando a formação de “bolhas” que criam círculos fechados de inserção política e social (2022, p. 48-49).

Esse radicalismo desce das nuvens e invade o mundo político, produzindo seus efeitos. Em muitos países, a segunda e terceira décadas do século XXI assistiram ao fortalecimento de grupos, pensamentos, comportamentos e atitudes conservadores, de direita ou extrema-direita. Certos preconceitos e desigualdades, em alguns lugares do planeta, parecem ter recrudescido. Desigualdades que persistem no sistema capitalista, mas também herdadas de modelos mais antigos (...), reocupam muitas vezes o centro do cenário social (...). A velocidade da informação e a circulação instantânea dos discursos – além da visibilidade que estes adquirem – colocam na mesma mesa digital tanto as atitudes progressistas e de luta contra as desigualdades de todos os tipos como as atitudes e pensamentos conservadores, regressistas, antidemocráticos (Barros, 2022. p. 49-50).

O autor destaca a escassa alteridade nas bolhas formadas, onde os integrantes têm pouco contato com conteúdos contraditórios. Ele também menciona o viés de confirmação, um mecanismo pelo qual esses grupos oferecem informações que reforçam as crenças de seus membros, que buscam esses ambientes precisamente para validar suas convicções. Por fim, Barros aponta paradoxos e ambiguidades típicas da sociedade digital, como a dialética entre informação e desinformação e o modo como os conteúdos podem ser usados de forma prejudicial até contra aquelas pessoas que foram engajadas por eles e se tornaram suas adeptas, ainda que elas não percebam o quanto esses discursos as prejudicam. Essas considerações apontam para uma falta daquilo que Arthur Coelho Bezerra e Marcos Schneider, ambos do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), chamam de “competência crítica em informação”³. Barros cita as lutas trabalhistas como exemplo:

Conquistas que os trabalhadores alcançaram na era industrial retroagiram na era digital. Em diversos países e com a anuência passiva de uma população de trabalhadores que não conseguiu perceber que seus antigos direitos ao bem-estar social, às políticas públicas e à segurança contra o desemprego estavam se dissolvendo no ar. Nas grandes cidades, um caso típico é o do trabalhador que facilmente abriu mão do seu emprego ou da luta pelo direito de emprego para aderir ao conto do empreendedor – o

³ Competência crítica em informação: “O curso discute os fundamentos teóricos do conceito de competência crítica em informação, que traz uma proposta de análise reflexiva e revisionista das normas institucionais da competência em informação, tendo como destaques não apenas o aprofundamento teórico das perspectivas de avaliação crítica e uso ético da informação, mas também o compromisso prático de engajamento na luta contra as estruturas de poder que sustentam a produção e a disseminação dominante da informação, criando obstáculos à autonomia informacional e à emancipação social.” < <https://www.youtube.com/watch?v=RLMYo8izXDI&t=4s> >. Outro vídeo importante sobre o tema é “Crise da Verdade, autoengano e competência crítica em informação”: < <https://www.youtube.com/watch?v=KhXpfSace3s> > .

modelo dos motoristas de uber que acreditam que os aplicativos lhes trarão uma segurança sempre renovada pela constante oferta de clientes (Barros, 2022, p. 51).

Barros discute o papel da internet na história das ciências e das instituições, como as universidades, destacando a riqueza das mídias digitais como fonte de pesquisa e divulgação científica. Ele menciona que universidades e museus utilizam redes sociais como Facebook, YouTube e Twitter para compartilhar suas realizações (2022, p. 78). O historiador defende o uso dessas plataformas para combater a pseudociência, o negacionismo histórico e os revisionismos ideológicos, que representam desafios para a ciência e a história institucional. Em um ambiente onde qualquer um pode expressar opiniões, muitos influenciadores digitais discutem temas variados sem a devida especialização, incluindo nutrição, física quântica e história, gerando preocupação (2022, p. 79).

Ao mesmo tempo surge a demanda e a necessidade de que os historiadores – e cada cientista em seu próprio campo – tomem a si a tarefa de esclarecer a sociedade sobre temas que já se pensava fazerem parte da obviedade. Torna-se necessário aos historiadores tomar a palavra para esclarecer que não tem sentido dizer que “nazismo é de esquerda” ou que os “golpes militares não podem ser compreendidos como revoluções” (Barros, 2022, p. 79-80).

Continuando, ele defende que “as universidades precisam ocupar as redes; a ciência precisa combater a pseudociência” (2023, p. 80). Mas ele não se limita a uma agenda responsiva e reativa. Para além do combate à desinformação, Barros acredita que os novos recursos tecnológicos dão oportunidade para a divulgação de pesquisas sérias e para a abordagem de temas complexos, com uma linguagem mais acessível. Tarefa que ele atribui à história pública. Ele defende a valorização da história pública como uma defesa da própria dimensão da comunicação que é inerente ao trabalho de pesquisa. Valorizar a história pública é valorizar essa dimensão da comunicação, presente em qualquer pesquisa. Essa valorização é impulsionada, segundo ele, por essa nova dinâmica midiática da era digital.

Na sociedade digital, historiadores são conclamados a compreenderem que ela é tão importante quanto a pesquisa de ponta que se faz nas universidades. Para levá-la a efeito em um nível de maior penetração é preciso que o próprio historiador também se transforme, eventualmente, em um comunicador. Sua escrita também precisa se renovar, se diversificar, se direcionar ora a diferentes tipos de público, ora a uma faixa ampliada da população, ora aos já tradicionais pares acadêmicos (Barros, 2022, p. 81).

Embora tenhamos certa discordância especificamente sobre o trecho em que o autor defende ser preciso que o historiador se transforme, ele próprio, em um comunicador, por acharmos que essa afirmação foca mais em aspectos individuais do que institucionais, Barros, ao ressaltar uma dimensão comunicacional inerente à história, parece convergir com a fala da historiadora e jornalista Sonia Wanderley, que nos lembra que “a comunicação é uma dimensão da produção de conhecimento” e, mais do que isso, para ela, “todo professor é, por essência, um divulgador científico. “Comunicar é um ato didático-pedagógico. Isso é importante para fazer da ciência algo público”, (Wanderley, TV UERJ, 2022, on-line)

Retomando Barros, o autor sugere o que chama de novas possibilidades e variedades de suportes nos meios digitais. Uma delas é o que chama de “livro-fluxo”. Em contraposição ao “livro-fixo”, impresso e normalmente autoral e imutável, o livro-fluxo seria virtual e coletivo, produzido por historiadores. Uma espécie de “cliopédia” (nome inspirado na Wikipedia), escrito em hipertextos. Embora não associe a proposta às universidades de forma expressa, ao falar em “comunidade de historiadores”, entendemos que o investimento no formato de livro-fluxo é perfeitamente recepcionável por parte das instituições de ensino superior, ainda que não de forma exaustiva.

Nossa proposta é que – conformando uma ação coletiva da comunidade de historiadores – poderia ser construída uma Enciclopédia Historiográfica Virtual a cujo sistema só tivessem acesso, como autores, os historiadores que comprovassem sua formação ou conhecimento historiográfico. Inseridos no sistema e animados pelo espírito de uma cultura colaborativa, uma multidão de historiadores poderia trabalhar a elaboração espontânea de grandes textos virtuais, multiautorais, sobre os diversos temas pertinentes à historiografia dos vários períodos. Todos os hipertextos inseridos nesta Cliopédia Virtual Multiautoral – à qual teriam acesso todos os frequentadores da internet – seriam certamente confiáveis e legítimos em face de suas exemplares condições de produção de um ponto de vista estritamente historiográfico, e poderiam ser checados regularmente por equipes específicas de historiadores para verificar a precisão de suas informações e a validade de suas análises (Barros, 2022, p. 71).

Em linhas gerais, Barros defende a ampliação das possibilidades de uso de uma “história visual”, construída por meio do discurso imagético, em consonância com os recursos digitais. Múltiplas fontes são citadas pelo autor: pintura, fotografia, história em quadrinhos (linguagem visual e verbal ao mesmo tempo). O historiador fala também de uma história material, na qual os meios digitais possibilitariam a exposição de uma linguagem visual e tátil, evocando multidisciplinaridades com a arqueologia e a museologia. Dentre suas

propostas está o que chama de “historiografia holográfica”, que seria uma gama de possibilidades de “levar o interlocutor da obra historiográfica a interagir dentro de um ambiente histórico virtual, cuidadosamente pesquisado e preparado por historiadores” (BARROS, 2022, p. 66). Cabe reiterar que a todas as propostas estão sempre relacionadas à noção de “comunidade de historiadores”, que aqui entendemos como a universidade e a comunidade acadêmica. Ainda no âmbito acadêmico, o historiador chama a atenção para a necessidade de mudanças curriculares na formação profissional em história, de modo a contemplar os novos desafios de uma historiografia que circule com desenvoltura na sociedade digital.

Para almejar a possibilidade de explorar uma história visual (...) seriam necessários enriquecimentos no currículo das disciplinas que devem fazer parte das graduações de história, pois desta maneira o historiador em formação poderia ter meios de adquirir conhecimentos mais sólidos de fotografia, programação visual, cinema, ou mesmo música, para o caso mais específico da incorporação da sonoridade (BARROS, 2022, p. 67).

Partindo agora para outra importante obra que visitamos, *História pública e história do tempo presente* (2021), de Rogério Rosa Rodrigues e Viviane Borges. Nela, se discute os entrecruzamentos entre a história pública e a história do tempo presente. Em certa medida, o contexto do livro lembra o trabalho de Ilanil Coelho e Fernando César Sossai (2016), que situam a história pública como uma ferramenta para a ação pública do historiador da história do tempo presente. Rodrigues e Borges, no entanto, de forma até um tanto poética, vão se concentrar nos riscos e efervescências enfrentados pelos historiadores por falarem de passados ainda persistentes e/ou recentes, de temas ainda em disputa e muito atuais.

Fazer história pública e buscar a parceria com a história do tempo presente implica manter-se atento aos desvios, aos ritmos e às margens dos tempos do passado que não passa, do presente que ora parece estacionar, ora parece escapar rumo ao futuro incerto, ora, por fim, se vê invadido por correntezas provindas de águas remotas estacionadas em outros afluentes. Em todos os casos, existe o perigo de ser levado pelas correntezas e pelos burburinhos do momento (RODRIGUES e BORGES, 2021, p. 8).

Sobre as semelhanças entre história pública e do tempo presente, os autores citam o diálogo e reflexão constantes que são necessários para lidar com o presente. É a partir dele que o historiador observa, analisa, participa, toma posição (ibid). Embora geralmente se espere do historiador que ele se refugie no passado e para lá conduza o leitor sem risco de envolvê-lo nas demandas do presente, a história pública e a história do tempo presente

“especialmente quando em parceria (...) anunciam a posição e o posicionamento do historiador na pesquisa que desenvolve” (Rodrigues e Borges, 2021, p. 9).

Se a história do tempo presente é aquela que se faz em meio às correntezas e fluxos temporais, com suas peculiaridades a cortar o tempo vivido pelo(a) historiador(a), a história pública é sensível à busca dos sujeitos do presente que conferem sentidos ao passado, ora com demandas ideológicas, ora consumistas, ora para fins de fortalecimento de lutas políticas do momento. Nos dois campos da história é possível detectar o compromisso com os sujeitos diretamente envolvidos na pesquisa, com a potência da história e da memória como força irruptiva e insurgente no contemporâneo. As discussões que cercam os usos do passado e a possibilidade de criar um conhecimento que seja aplicado ao presente, estabelecendo uma justificativa de caráter social, com alcance para além dos muros acadêmicos, são também características que tornam os dois campos uma espécie de trincheira para o posicionamento fundamentado de historiadores e historiadoras diante das demandas coletivas de passado, de memória e de história (Rodrigues e Borges, 2021, p. 9).

Destaca-se, nessa concepção de história pública, as pressões sobre o fazer do historiador a partir das demandas coletivas de grupos sociais. Outro ponto bastante claro está na efervescência dos embates. “A história pública tem se consolidado como área movida por embates que cercam o nosso próprio tempo” (2021, p. 10). Essas tensões do presente têm movido iniciativas de história pública, como lembram Rodrigues e Borges.

Não por acaso, nas entrevistas realizadas pelos organizadores do livro sobre história pública/história do tempo presente – destacadamente com Ana Maria Mauad e Serge Noiret⁴, sobre o cenário brasileiro e europeu, respectivamente – uma das perguntas relaciona-se à importância política e social da história pública e história do tempo presente “diante dos ataques ao trabalho de pesquisa desenvolvido pelos historiadores na atualidade (negacionismo, anti-intelectualismo, fake news etc.)?” (2021, p. 162 e p. 195).

A pergunta, inserida em duas entrevistas, mostra a pertinência da discussão política e social quando o assunto é história pública. Sem o entendimento dos posicionamentos ideológicos em disputa fica difícil entender em profundidade a ação pública do historiador. Para respondê-la, Mauad evoca a “atitude historiadora”, crítica e comprometida com a ação social, e a necessidade de se ampliar a prática historiadora sem renunciar à profissionalização e à autoridade profissional. A historiadora chama a atenção para o peso da palavra “autoridade”, mas ressalta que autoridade é diferente de autoritarismo. “A autoridade é algo

⁴ Completa a relação de entrevistados da obra a historiadora Eugenia Allier-Montagão, entrevistada a respeito do contexto da história pública e história do tempo presente na América Latina. Entretanto, a pergunta – sobre negacionismo, anti-intelectualismo e fake news – não foi endereçada a ela.

que se exerce, e não propriamente algo que se usa ou ostenta” (2021, p. 162). Em linhas gerais, Mauad destaca a importância da formação e do método, que conferem aos historiadores uma prerrogativa em relação a interpretações do passado e uma responsabilidade de ação social. Nesse contexto, a historiadora chama a atenção para o papel das universidades e dos cursos de graduação de história.

A universidade pública, gratuita e de qualidade, em que se realiza pesquisa autônoma e independente, é o espaço por excelência da formação da autoridade do saber histórico. Isso não quer dizer que a pesquisa deve se entrincheirar em espaços de excelência acadêmica, mas operar como plataforma de observação de outros espaços em que se operam representações sobre o passado e promover o debate de qualidade.

Os cursos de história formam profissionais de história, que podem atuar em ensino, pesquisa de ponta, meios de comunicação, museus, arquivos, plataformas virtuais de todos os tipos. Em todos esses espaços, há que se exercer a autoridade historiográfica sem ser autoritário (...).

Acredito que os desafios colocados para a história pública são os mesmos que para a história como um todo: combater o anti-intelectualismo e defender a universidade como o lugar de enunciação autorizado para promover o debate historiográfico; e, dessa forma, tomar o negacionismo e a própria produção das famigeradas fake news como parte do regime de historicidade em que estamos inseridos, e enfrentá-los com conceitos e estratégias teórico-metodológicas adequadas (Mauad, 2021, p. 162-163).

Mauad destaca um outro desafio para a história pública no âmbito acadêmico, mantê-la enquanto “possibilidade de abertura do saber acadêmico para o conjunto da sociedade, em uma via de mão dupla” (p. 163). O que significa falar com o público, mas também saber ouvi-lo.

Também questionado sobre a importância política e social da história pública e da história do tempo presente, o outro entrevistado, Serge Noiret, responde a partir de sua experiência no cenário europeu e a partir da história digital:

Interpretações negacionistas da Shoah⁵, descontextualização de eventos históricos e a criação de falsas memórias coletivas, baseadas em interpretações enganosas de um passado desagregador, estão se disseminando no espaço público. Todo mundo pode tornar-se um historiador graças ao desaparecimento de todos os profissionalismos e especialidades no domínio digital. Especialistas (...) não são mais respeitados; discursos científicos são contestados. Isso não acontece apenas na história, mas também na biologia ou na medicina (...). Nesse contexto, historiadores públicos tornam-se mediadores importantes. Seu

⁵ Holocausto.

compromisso com as comunidades locais e sua capacidade de trabalhar com públicos diferentes são essenciais para manter uma abordagem correta da história contemporânea. Seu trabalho é necessário para consolidar memórias coletivas por meio de um conhecimento real do passado. Na Itália, especialmente os fascistas – hoje chamados pós-fascistas –, que perderam a Segunda Guerra Mundial lado a lado com os nazistas, querem alimentar uma memória contraditória, esquecendo o que ocorreu durante a guerra e o que causou a guerra (Noiret, 2021, p. 196).

De uma obra sobre história pública focada em suas relações com a história do tempo presente, vamos para outra, que a relaciona com o ensino de história. Apesar da mudança de enfoque, as preocupações e desafios a respeito de como o conhecimento histórico circula nos meios digitais e o quanto estes impactam o ensino são recorrentes em ambos os livros (assim como em outras obras aqui analisadas neste subcapítulo). Em *História pública e ensino de história*, Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida Ferreira são cautelosos a respeito de entusiasmos com os novos recursos tecnológicos ao lembrarem que, se por um lado, a internet amplia as fontes e os recursos para o trabalho docente, além de dinamizar o processo pedagógico com o estudante, por outro, “a maior quantidade de informação não leva necessariamente a uma educação de melhor qualidade” (2021, p. 19).

Por meio de Jorge Larrosa, os autores ressaltam que as informações disponíveis na internet não podem ser confundidas com saber, visto que este se processa “com a transformação de dados, articulados, problematizados e com significado para aquela pessoa que os acessa e por ele se interessa” (Ibid). Hermeto e Ferreira, neste ponto, referem-se ao volume de informações misturadas a narrativas históricas em geral e não ao contexto de uma história pública feita por acadêmicos nos meios digitais, nosso objeto de pesquisa. Eles destacam o peso da “intencionalidade pedagógica” e o papel do professor como formas de racionalizar a busca pelo conhecimento histórico em meio a um volume tão extenso de informação.

Certamente, também é possível acontecer aprendizagem em história (e em outras áreas do conhecimento) fora do espaço escolar. Mas a presença de um mediador didático e a intencionalidade pedagógica são determinantes dessa diferença. A educação fora dos espaços escolares ocorre desvinculada de elementos externos como a legislação educacional ou os exames que avaliam os resultados da aprendizagem (...). A história pública, sobremaneira em razão das narrativas e suportes variados que versam sobre a história, exerce um papel relevante na promoção do acesso aos acontecimentos passados na geração de significados históricos (Hermeto e Ferreira, 2021, p. 20).

Hermeto e Ferreira retomam, em alguns pontos, argumentos centrais contidos no livro de Rogério Rosa Rodrigues e Viviane Borges, anteriormente tratado, como o de que a história do tempo presente é um campo tangenciado pela história pública. “Assim como na história do tempo presente, a dimensão dos temas sensíveis marca fortemente a história pública” (Hermeto e Ferreira, 2021, p. 22), fazendo do conhecimento histórico um auxílio às “lutas em querelas sociais e jurídicas que envolvem comunidades cujas histórias têm sido marcadas por subalternização, subtração de direitos, exploração e violência” (Ibid).

Hermeto e Ferreira também retomam outro tópico contido no livro de Rodrigues e Borges ao falarem sobre autoridade compartilhada, noção que foi cunhada pelo especialista norte-americano em história oral Michael Frisch (1990). Se Mauad nos fala sobre exercer a autoridade sem ser autoritário, Hermeto e Ferreira afirmam que “compartilhar a autoridade não significa abrir mão da própria: a pesquisa histórica e a historiografia devem permanecer como procedimentos de referência” (p. 15), tanto na prática pedagógica escolar quanto na produção de narrativas de pesquisa. Portanto, Mauad, Hermeto e Ferreira convergem quanto à importância da formação e do método.

Sobre as convergências entre ensino de história e história pública – tema central da obra – Hermeto e Ferreira citam como exemplo o programa de pós-graduação interinstitucional Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), estruturado nacionalmente e presente atualmente em aproximadamente 40 universidades do Brasil (p. 12). “Uma das três linhas de pesquisa do ProfHistória se localiza na interface com a história pública: ‘Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão’ (p. 12-13). Na mesma obra, é Caroline Pacievitch (2021) quem vai tratar dessas convergências com maior profundidade em seu artigo “Ensino de história: narrativas que percorrem a escola e o público”, no qual parte da premissa de que o conhecimento histórico ultrapassa o cotidiano escolar, conformando concepções políticas, configurando percepções de cidadania. Além de trazer conceituações e um breve panorama do desenvolvimento de pesquisas em história pública, Pacievitch, a partir de autores como Ricardo Santhiago, defende que a história pública é uma atitude que leva em consideração o entendimento e a ampliação das audiências. “É compreender as diferentes audiências para a história e entender as diferentes maneiras pelas quais podemos criar consciência histórica por parte do público” (Santhiago apud Pacievitch, 2021, p. 118).

Cabe-nos destacar ainda o artigo “O laboratório da História Pública Digital”, de Anita Lucchesi e Pedro Teles da Silveira (2021), contido na obra de Hermeto e Ferreira.

Lucchesi e Silveira tratam da relação entre história pública e história digital, começando por retomar a crítica ao fetiche tecnológico, contida também em Hermeto e Ferreira, como sendo um tipo de transferência para a tecnologia “do poder de resolver quase que por conta própria o quadro de uma crise social e institucional em torno da escola como um todo” (Lucchesi e Silveira, 2021, p. 31). Logo de início, partem da mesma premissa de Pacievitch quanto às fronteiras entre a sala de aula e a sociedade estarem se tornando cada vez mais porosas, considerando a ubiquidade das mídias digitais. Sobre o encontro entre história digital e história pública acrescentam:

Essas práticas são expressões de fazeres híbridos, não só na mistura de conhecimentos disciplinares, mas na composição complementar de saberes que estão aquém e além do cânone universitário. Devido a isso, a interface entre a história pública digital e o ensino de história é pouco afeita ao purismo disciplinar; e pertencendo a ordem do fazer, essas práticas estão sob o signo da experimentação e da negociação (...).

Poderíamos dizer que estamos vivendo uma passagem de uma cultura e historiografia alfabética – do impresso e do texto – para uma cultura e historiografia digitais – da tela e das multimídias – transição percebida também em outras áreas do conhecimento. Um período de transição com todas as inseguranças e oportunidades que lhe são peculiares (Lucchesi e Silveira, 2021, p. 32-33).

Semelhante a Martino (2014), tomando como base o conceito de Habermas (2018), Lucchesi e Silveira pensam no “papel desempenhado pela tecnologia nos processos de acumulação informativa e de reinvenção da ‘esfera pública’” (p. 33), corroborando para a concepção de que as mídias digitais formam um novo espaço dessa esfera pública conceituada por Habermas. “Tornam-se necessários conhecimentos específicos, e não apenas técnicos, de uma alfabetização digital” (ibid), mas “como aprendê-los se eles a priori não fazem parte dos currículos da formação de ciências humanas em geral?” (ibid). Mais do que apontar para uma defasagem na formação profissional, Lucchesi e Silveira juntam-se a outros aqui abordados na defesa de maior proatividade dos profissionais da história no abraçar das possibilidades didáticas das mídias digitais: “O digital convida os historiadores – na academia e na sala de aula – a interagirem mais de perto com a cultura popular, ampliando os espaços de encontro” (p. 34), no sentido de que “o digital é um catalisador para o encontro da história e do popular” (p. 35).

Após termos apresentado aqui nossa consulta a títulos sobre história pública que a relacionam com áreas específicas – divulgação de história, história do tempo presente, ensino de história – além de um livro sobre história digital, que não poderia ficar de fora dada a

pertinência e afinidade de suas reflexões, partimos para a próxima seção com breves menções a outras quatro obras que, diferentemente das anteriores, mais específicas, abordam a história pública de forma mais ampla e genérica, demonstrando a polissemia do conceito na totalidade e pluralidade de seus artigos.

HISTÓRIA PÚBLICA E TEMAS GERAIS

Começando por *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*, de Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago. Acreditamos que este seja o livro mais diverso e amplo disponível sobre o tema, pelo menos dentre os que consultamos. O livro é dividido em seis partes: a primeira, “História pública e questões gerais”, traz conceituações sobre a história pública e um pouco sobre seu desenvolvimento em diversos países, principalmente no Brasil; aproximações entre movimentos sociais e o trabalho de história oral; e o conceito de público e sua importância para o compartilhamento da história. Valendo-se de autores como Hannah Arendt e Jürgen Habermas, a pesquisadora Renata Schittino busca “que possibilidades podemos antever nas noções de público para a história pública?” (2016, p. 45). A princípio, a autora responde desta forma:

Um caminho que me parece claro é esse que vou chamar de “via moderna”. Se continuarmos com Habermas, veremos que para sustentar a existência do espaço público, o desenvolvimento de seu potencial crítico, o autor vislumbra um papel de destaque para a filosofia, que surge como uma possível intérprete mediadora entre as ciências altamente especializadas – quase presas nos seus discursos metalinguísticos – e a vida cotidiana. Poderíamos visualizar um análogo para o caso do historiador – seu papel na esfera pública como mediador – como aquele que amplia a consciência histórica, populariza o conhecimento. (Schittino, 2016, p. 45)

Contudo, em sua reflexão, Schittino vai preferir retornar ao que considera uma “concepção (...) mais submersa na história do conceito:

Aquela noção de público como compartilhamento – como mundo comum. A partir daí, penso que estamos em condições de conceber a ciência histórica como um discurso, como uma forma específica de abordagem, baseada principalmente em pressupostos metodológicos críticos. Mas, enfim, uma forma de abordagem da experiência da historicidade humana. Uma forma específica – uma dentre outras com as quais pretende conviver e conversar – como entre iguais e diferentes num mundo comum. Assim, entendo que tornar pública a história não é simplesmente tarefa de publicizar o conhecimento histórico. Como se o historiador público fosse uma espécie de divulgador, facilitador da produção acadêmica (ibid).

O trecho acima destacado de Schittino deixa claro que sua visão da história pública vai além de um esquema análogo à divulgação científica – esquema este ao qual temos nos circunscrito em nossa pesquisa – apontando para o fato de que a história pública é mais do que isso. Também cabe destaque o modo não autoritário com o qual ela reivindica a participação da ciência histórica no espaço público, proposta que se aproxima do que vimos em Mauad (2021), Hermeto e Ferreira (2021) e ainda mais flexível que os autores anteriormente citados. Cabe ainda notar que quando Schittino, baseada no modelo de Habermas, faz uma analogia entre a história e filosofia, posiciona a história como uma intérprete mediadora entre as ciências altamente especializadas e a vida cotidiana. Essa proposta, em nossa percepção, complementa o que José D’Assunção Barros (2022) vem a chamar, em sua obra aqui analisada, de “transferência de criticidade”. Schittino entende o historiador enquanto interlocutor entre as ciências e a vida cotidiana, enquanto Barros tem em mente o papel do historiador e da historiografia no combate à desinformação e a leitura crítica das mídias e da informação. Mas em ambos os casos, temos o historiador público enquanto mediador na esfera pública, com um importante papel de combater a desinformação e o perigo dos retrocessos sociais em um mundo caracterizado pela manipulação midiática das massas: “a historiografia poderia exercer o papel de instrumentalizar o cidadão comum com uma maior e cada vez mais necessária capacidade crítica” (Barros, 2022, p. 90).

Aberto o parêntese sobre a noção “transferência de criticidade”, em Barros e voltando aos artigos de *História pública no Brasil*, destacamos “Narrativas contemporâneas de história e didática da história escolar”, de Sonia Wanderley, no qual a professora e historiadora se preocupa em discutir a função social do conhecimento histórico e a responsabilidade do historiador – professor ou pesquisador – no que se refere à produção e transmissão desse conhecimento.

Rüsen apresenta a singularidade da narrativa histórica a partir de três características que lhes são específicas e que possibilitam a orientação da vida prática no tempo. A narrativa histórica mobiliza experiências passadas de forma a tornar compreensível o presente e possível a expectativa de futuro; organiza por meio da concepção de continuidade as três dimensões temporais – passado, presente e futuro –, tornando relevante a experiência do passado para a vida presente e para a configuração de futuro; e, ainda por meio da continuidade, estabelece uma identidade de seus autores e ouvintes (Wanderley, 2016, p. 210).

Outra das obras amplas que consultamos é *Fazendo história pública*, de Benito Bisso Schmidt e Jurandir Malerba (2021). O livro nos apresenta artigos que vinculam a história pública com a museologia, a arquivologia, o espaço urbano, o patrimônio público e cultural, a memória no contexto da questão racial, o documentário, a televisão etc. O texto de apresentação escrito pelos organizadores destaca a pandemia de covid 19 como um período importante que contribuiu para a história pública brasileira. “O isolamento social obrigou os historiadores e historiadoras a reinventarem estratégias de relacionamento com o público (...), logo se desafiaram a promover projetos de história pública” (Schmidt e Malerba, 2021, p. 8).

No entanto, é preciso ressaltar que ambos escreveram a esse respeito ainda perpassados pelo período pandêmico. Apesar do ainda necessário distanciamento histórico para refletirmos sobre o peso da pandemia na história da história pública no país, cabe o registro dos dois historiadores, que nos contam que o isolamento social imposto pelas circunstâncias levou historiadores a responder a adversidade com projetos de história pública, “principalmente em duas frentes: a divulgação do conhecimento histórico em meios digitais e o armazenamento de memórias relativas à pandemia e ao confinamento” (ibid).

No primeiro caso, Schmidt e Malerba citam o exemplo do projeto “História em Quarentena”, por meio do Facebook Live, que reuniu pesquisadores brasileiros e estrangeiros para “divulgar o conhecimento histórico, mas também o conhecimento de outras ciências humanas e sociais, aproveitando as possibilidades oferecidas pelas ferramentas digitais para reforçar o sentido de coletividade” (ibid). No segundo caso, no que se refere ao armazenamento de memórias, os autores destacam a plataforma Memórias Covid-19, criada na Universidade Estadual de Campinas para funcionar como uma “cápsula do tempo”, conectando pessoas e possibilitando o compartilhamento de relatos individuais e coletivos, “coletando e preservando vivências numa nova narrativa” (Schmidt e Malerba, 2021, p. 9).

É novamente Icles Rodrigues, desta vez em artigo escrito juntamente com Paulo Cesar Gomes, quem nos apresenta, no livro de Schmidt e Malerba, referenciais teóricos dos mais afeitos a nossa proposta de pesquisa, ao falar da prática da história pública nas plataformas digitais, em “Ensino de história e plataformas digitais: os canais Leitura ObrigaHistória e História da Ditadura” (2021), o primeiro, como já dissemos, um projeto de Rodrigues; o segundo, de Gomes. Para eles:

É comum que os projetos de divulgação do conhecimento histórico, uma das maneiras de se fazer história pública, sejam iniciados em decorrência de insatisfações com relação às possibilidades profissionais limitadas oferecidas pelos cursos de graduação em história. Da mesma forma, pode ser desanimador observar que o esforço exigido para se produzir uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado, por exemplo, é desproporcional à circulação que o trabalho terá após ser aprovado por uma banca avaliadora, no caso dos pesquisadores que ambicionam levar suas pesquisas a outras searas. Afora alguns poucos interessados nos temas das pesquisas que desenvolvemos, ninguém irá ler nossos trabalhos acadêmicos (...). Essa realidade acaba dificultando que a Academia cumpra sua função social, o que deveria ser um dos principais objetivos da produção de conhecimento no ensino superior (Rodrigues e Gomes, 2021, p. 169)

Há muitos aspectos interessantes na fala de Rodrigues e Gomes que vale a pena ressaltarmos. Primeiramente, o reforço de que a divulgação do conhecimento histórico é uma das maneiras de se fazer história pública, o que converge com nossa tese. Outro ponto são as insatisfações, primeiro, quanto às possibilidades profissionais limitadas dos cursos de graduação em história, o que aponta para limitações tanto em relação ao currículo quanto ao mercado; segundo, quanto à pouca visibilidade de um trabalho acadêmico padrão, como uma tese ou uma dissertação, se levarmos em conta o tanto de esforço empregado na realização da pesquisa.

Aqui, Rodrigues e Gomes falam sobre algo central em nossa pesquisa que é o modo como o meio acadêmico se relaciona com a história pública (neste caso, em projetos individuais, desvinculados das universidades enquanto instituições). Ainda que os projetos de ambos – *Leitura Obriga História* e *História da Ditadura* – não sejam diretamente vinculados a uma universidade, os dois, historiadores acadêmicos, ao falarem sobre seus projetos, não perdem de vista o contraponto entre a história pública (neste caso, por meio das mídias digitais) e o hermetismo do meio e práticas acadêmicos. Hermetismo esse que remete a questões de linguagem. Os autores ressaltam a desproporcionalidade entre esforço de escrita e visibilidade da obra, o que significa dizer que a linguagem técnica e precisa da área acadêmica, embora tenha suas razões de ser dentro da própria área, acaba por se tornar um dificultador para a disseminação das pesquisas, que, na maioria das vezes, são pouco difundidas até mesmo dentro da academia.

Os autores também discutem o papel social que acreditam que a academia deve desempenhar, mas que enfrenta desafios para concretizar. É interessante pensar que as próprias práticas e linguagem acadêmicas, necessárias à acurácia da produção de conhecimento, terminam por produzir um engessamento da difusão desse conhecimento produzido, quando

pensamos na sociedade como um todo. Rodrigues e Gomes veem nas mídias digitais uma possibilidade de se ultrapassar ou atenuar esse cenário conflitivo a linguagem acadêmica e o cumprimento da função social da academia.

As ferramentas digitais possibilitam uma alteração desse cenário, já que os resultados das pesquisas, quando disponibilizados na internet, podem ser acessados de maneira livre por qualquer pessoa. No entanto, como se sabe, isso não basta. Há muitos obstáculos para que a produção acadêmica possa ser, de fato, acessível. Os sites das universidades não são intuitivos; as linguagens e os formatos dos trabalhos acadêmicos são, muitas vezes, herméticos e enfadonhos, os professores do ensino básico, assoberbados de trabalho, não têm tempo e, frequentemente, nem mesmo as habilidades exigidas para utilizar a produção historiográfica na elaboração de material didático; além de que as desigualdades sociais brasileiras se refletem nas limitações que grande parte da população encontra para ter acesso ao universo digital. Em suma, não há como se pensar o digital sem considerar as questões políticas e socioeconômicas (Rodrigues e Gomes, 2021, p. 169-170).

Como se pode observar, apesar de enxergarem boas possibilidades nas ferramentas digitais, os pesquisadores são céticos quanto às desigualdades socioeconômicas que, em países como o Brasil, são impeditivos para a universalização do acesso ao mundo digital. Mais do que isso, mais uma vez os autores se voltam para as universidades, ao criticarem seus sites, que poderiam ter melhor navegabilidade. Por conta desse descompasso entre produção acadêmica e disseminação do conhecimento produzido (função social), Rodrigues e Gomes reforçam que “história pública, divulgação científica, história digital e suas relações com o ensino são áreas que precisam, cada vez mais, se tornar objeto de reflexão dos historiadores” (op. cit, p. 170).

Apesar disso, os autores ressaltam um crescimento da produção de conhecimento e pesquisa acerca da história pública e suas possibilidades nos últimos anos. Não são precisos quanto a marcos temporais, mas apontam 2011 como o ano da publicação do que chamam de “primeiro livro mais abrangente sobre essa discussão” (ibid), referindo-se à *Introdução à história pública*, de Juniele Rabêlo e Marta Rovai, obra que aqui analisaremos, além da ascensão de novos protagonistas no cenário político. Para os autores, a história pública, enquanto um movimento de historiadores que buscam estabelecer diálogos para além de seus pares, desenvolveu-se nos últimos anos impulsionada “pelo crescimento das narrativas históricas negacionistas na esfera pública e, sobretudo, pela chegada da extrema direita ao poder” (p. 170). Em outra passagem do artigo, as mesmas preocupações a respeito do mercado de

trabalho para o profissional em História, levando-se em conta contrapontos com a trajetória acadêmica, são usadas para explicar o cenário político-educacional da década passada.

Cumprir as etapas obrigatórias de uma trajetória acadêmica é um processo longo e, muitas vezes, penoso. Se tudo é feito sem interrupções ou atrasos, leva-se, no mínimo, dez anos entre o início do curso de graduação até se obter os requisitos para concluir o doutorado em história. Além de demorada, essa formação pode ser um tanto frustrante, já que não há nenhuma garantia de que o profissional irá conseguir se colocar no mercado acadêmico, ainda que em universidades distantes dos grandes centros. Nos últimos anos, com a decadência generalizada que o sistema educacional brasileiro está vivendo, as condições de trabalho de historiadores e professores de história, do ensino básico ao superior, passam por uma grave deterioração. Esse cenário começou a se acentuar por volta de 2016 (Rodrigues e Gomes, 2021, p. 180).

Podemos apresentar como possibilidade, então, a partir de Rodrigues e Gomes, que 2011, ano da publicação de *Introdução à História Pública*, e 2016, ano do impeachment/golpe na presidente Dilma Rousseff, foram marcos importantes⁶ para um crescimento de pesquisa e práticas em história pública no Brasil. Ainda que ambos não cite de forma literal o impeachment/golpe, eles apontam a chegada da extrema direita ao poder. A queda da ex-presidente, em 2016, faz parte de um processo de recrudescimento do conservadorismo no Brasil, que resultaria na eleição de Bolsonaro à presidência dois anos depois.

Outra obra que consultamos é *Novos combates pela história*, de Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (2021). Ainda que não seja um livro especificamente sobre história pública, as questões abordadas em seus artigos são muitas das que tangenciam nosso trabalho e, sem dúvida, diferentes práticas de história pública no país. O foco do livro está na discussão acerca do negacionismo, das fake news e da pós-verdade, além da defesa da premissa de que historiadores precisam defender não somente o ensino de história, mas abrir novas frentes que dialoguem com as mídias digitais emergentes. A justificativa para a elaboração da obra abrange inquietações que envolvem usos políticos da história, novas tecnologias e mudanças nas formas de ensino e pesquisa.

⁶ Quanto ao ano de 2011, entendê-lo como um marco tem amparo não só em Rodrigues e Gomes, mas também em Santiago (2016), que afirma que a expressão “história pública” era praticamente desconhecida no Brasil há dez ou quinze anos (p. 23) (Santiago afirma isso em livro publicado em 2016) e que o termo teve sua popularidade impulsionada em 2011, com o Curso de Introdução à História Pública, da Universidade de São Paulo, que resultou em livro de mesmo nome, organizado por Rabêlo e Rovai.

Mais do que apontar um ou outro fato como marco específico, com base nessas leituras, podemos inferir, levando em conta o curso da USP, o livro decorrente do curso e o crescimento da extrema direita e de narrativas negacionistas, além do pouco uso da expressão “história pública” no país antes desses fatos, que a década de 2010 foi importante para um desenvolvimento embrionário da pesquisa e prática em história pública no Brasil.

Este livro é fruto de uma crescente inquietação que seus organizadores vinham sentindo nos últimos anos, tanto por conta dos fenômenos que estão alterando nossa forma de pesquisar, estudar e nos relacionar com a história, quanto pelos novos usos abusivos da história. Perpetrados por governos, grupos políticos, econômicos e religiosos, os atentados contra a história têm se multiplicado com a velocidade dos avanços tecnológicos. Era necessário, de um lado, compreender o que está acontecendo e quais as implicações de tudo isso no trabalho dos professores. De outro, era fundamental entender como podemos colocar a tecnologia a nosso favor, a favor da história (Pinsky e Pinsky, 2021, p. 18-19).

Por fim, mas não menos importante, o já citado *Introdução à história pública*, de Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2011), não poderia estar de fora, devido à relevância de sua publicação para o desenvolvimento do campo da história pública, conforme já destacado. Nele, Sara Albieri (2011), em seu artigo “História pública e consciência histórica”, vai tratar sobre a pluralidade de maneiras com as quais a consciência histórica é constituída. Um mosaico que inclui o ensino de história, as relações familiares, a mídia etc. Ela reflete sobre o papel da historiografia acadêmica.

As redes acadêmicas de produção historiográfica se constituiriam como uma espécie de fórum de controle epistêmico do que chega ao público como divulgação histórica.

Seria então desejável que tais avaliações epistêmicas se exercessem na forma de debate público. Contudo, a academia tem sido omissa em considerar seriamente esse tipo de historiografia produzida para o público, à margem do que se faz *stricto sensu* nas escolas de formação superior. Por isso, jornalistas, documentaristas, cineastas, romancistas, divulgam versões historiográficas com grande penetração na cultura, enquanto a academia passa ao largo desse tipo de atividade.

Creio ser mais que tempo de estabelecermos as pontes de comunicação entre o saber acadêmico e o trabalho dos divulgadores (Albieri, 2011, p. 23).

Albieri define consciência histórica, de forma resumida, como “o modo como os seres humanos interpretam a experiência da evolução temporal de si mesmos e do mundo em que vivem” (p. 25). A pesquisadora é enfática ao afirmar que “A única divulgação da pesquisa que a academia aceita e encoraja é a publicação em periódicos e livros destinados à comunidade científica *stricto sensu*” (2011, p. 25), da qual “os leitores são interlocutores especializados, ligados à vida acadêmica” (*ibid*). Em Albieri, a noção de consciência histórica é utilizada enquanto concepção filosófica que dá liga e fundamenta a mescla entre diferentes

tipos de difusão da história. Mescla que inclui a historiografia acadêmica e as múltiplas iniciativas de história pública.

O recurso à noção de consciência histórica permite fundamentar filosoficamente a passagem da história acadêmica para a história pública. Trata-se de uma visão teórica, que reconhece na condição humana o pressuposto histórico: pensamos e falamos historicamente, e esse é o modo pelo qual nos posicionamos na cultura. Assim identificamos o mundo ao nosso redor, assim construímos nossa identidade: sempre com a consciência do tempo, sempre elaborando algum tipo de narração que envolve o passado e remete ao futuro.

Por isso, não são boas as razões que sustentam a divisão disciplinar – e depreciativa – entre os dois âmbitos do conhecimento. É preciso agir em favor da continuidade e da multiplicação dos meios que põem em comunicação os vários modos de historiar, tanto na academia quanto na cultura comum. Não que devamos abolir a ciência em favor da história pública, mas não menos considerar a história pública uma espécie de deformação que a ciência histórica deveria ignorar (Albieri, 2011, p. 28).

Jill Liddington (2011), no artigo “O que é história pública?”, em sua iniciativa de conceituação do campo, diz que “a história pública é menos sobre ‘quem’ ou ‘o que’ e muito mais sobre ‘como’” (p. 50). Essa afirmação é interessante pois reforça o caráter prático da história pública, posicionando-a como prática e iniciativa. É ainda uma afirmação bastante inclusiva, já que por esse raciocínio diversos profissionais podem fazê-la e não somente historiadores. Ainda que nossa proposta seja a de analisar as práticas de história pública de historiadores acadêmicos, é importante que essa discussão seja conhecida, já que é motivo de algumas celeumas entre historiadores profissionais.

Já Geraldi Zahavi (2011), em seu artigo “Ensinando história pública no século XXI”, adentra uma discussão que tem se tornado fundamental entre aqueles que pensam a interrelação entre as práticas de história pública e a necessidade ou não de uma formação acadêmica específica para estas ações. Zahavi reflete sobre o que considera as competências necessárias a um historiador público, incluindo aí o desenvolvimento de habilidades e a necessidade de um currículo que abarcariam as demandas contemporâneas para a difusão pública da história, enumerando uma composição bastante ampla a partir de eixos norteadores, o que denomina “áreas centrais de concentração”. Dentre as possibilidades apresentadas enumeramos gerenciamento de coleções históricas; práticas curatoriais; estudos arquivísticos; preservação histórica; estudos de cultura material; estudos museológicos; história pública e artes dramáticas; cinema; patrimônio e lugares de memória; história

auditiva; história oral; história digital; história digital e museus virtuais; história corporativas; história das políticas públicas; estudos do documentário; folclore; e editoração histórica.

O programa hipotético assim delineado deverá efetivamente preparar os estudantes para uma vida de compromisso com o público. Assim, quer estejam primordialmente preocupados com comemoração, educação ou empoderamento político-social, os pós-graduandos em história pública ocuparão uma posição privilegiada para orientar todo tipo de pessoa na aquisição das ideias e ferramentas históricas necessárias para encarar um mundo cada vez mais complexo e globalmente integrado, onde histórias locais, regionais e internacionais tornaram-se inevitavelmente entrelaçadas (Zahavi, 2011, p. 62).

Na mesma obra, destacamos o artigo “Jornalismo e divulgação científica em história e ciências humanas”, de Valéria Dias. Ela fala a partir de sua experiência como jornalista na Agência USP de Notícias, da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) da USP, responsável pela divulgação para veículos de comunicação das pesquisas da universidade. Igual a outros textos por nós visitados, o artigo de Dias nos ajuda a pensar a já citada autoridade compartilhada, mais especificamente a relação entre jornalistas e historiadores, ainda que fale de pesquisadores em geral.

A autora propõe dicas práticas para o trabalho cooperativo de divulgação científica das pesquisas desenvolvidas pelas universidades, como por exemplo deixar francamente claro para o pesquisador o seu desconhecimento sobre o tema ou sobre a área da pesquisa e a necessidade de o pesquisador ter que sanar algumas dúvidas. (Dias, 2011, p. 148). Além disso, deixa claro o caráter leigo de seu público-alvo: “Também explico que o texto será bastante objetivo, curto, de fácil entendimento e que a linguagem usada procurará fugir das expressões acadêmicas e técnicas” (Ibid.). Claro que essa reescrita da pesquisa voltada para o público leigo pode gerar insatisfações, problemas e conflitos junto aos pesquisadores, questões que Valéria Dias também trata.

Uma sugestão, que cabe tanto para os pesquisadores como para os profissionais de jornalismo, é a do respeito mútuo. Se ambos conhecerem mais profundamente a rotina e a realidade que o outro vivencia, e respeitarem isso, aumentam as chances de um relacionamento mais frutífero. Uma matéria bem-feita hoje pode render outro texto bem-sucedido amanhã, e isso é benéfico para os dois lados. O jornalista terá uma boa fonte, que poderá render boas matérias, da mesma forma que o pesquisador pode contar com um profissional de comunicação para a divulgação jornalística de outros estudos científicos (Dias, 2011, p. 158).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso artigo, que funciona como um estado da arte é, também, uma trilha de leitura. A história pública enquanto divulgação do conhecimento histórico, as universidades e as mídias digitais foram os três elementos que guiaram o nosso olhar nessa trilha pelas obras impressas que consultamos. Eles formam um mapeamento daquilo que estávamos a buscar. Se nosso propósito fosse, por exemplo, pesquisar a história pública por meio do trabalho museal e as universidades, nossa trilha seria outra. Poderíamos nos aprofundar na experiência do Caminhão Museu/UFGM, descrita no artigo “Um historiador na boleia do caminhão”, de Heloísa Starling, Marcela Telles e Pauliane Braga (2021), parte de um dos livros aqui analisados.

Em linhas gerais, tendo em vista a revisão de literatura aqui feita, podemos fazer alguns apontamentos. Os pesquisadores chamam a atenção para uma presença tímida de historiadores acadêmicos no debate público e nas mídias em geral e, especificamente, nas mídias digitais. No caso dessas últimas, haveria também uma certa defasagem ou pouca habilidade por parte dos historiadores. Também podemos destacar que as iniciativas de história pública, aqui circunscritas à divulgação do conhecimento histórico, mais do que expandir as audiências, ajudam a organizar a informação e o conhecimento em história para a própria comunidade científica, podendo se transformar em importantes espaços de discussão e até mesmo referenciais significativos para trabalhos acadêmicos.

Os artigos abordados, ainda que não se aprofundem acerca da necessidade de uma formação específica para os historiadores públicos, apontam para a necessidade de reformulações curriculares que dotem os profissionais de história de outras habilidades para se apropriarem de diferentes mídias e recursos e para modularem seus conteúdos, com o objetivo de ampliar o público para além dos muros acadêmicos. Nesse sentido, seus autores são enfáticos sobre a necessidade de especial atenção ao combate ao negacionismo histórico e revisionismos ideológicos não amparados na atualidade historiográfica. Em grande medida, no que tange à negacionismo, pós-verdade e anti-intelectualismo, o que ocorre na história ocorre em outras áreas. Pela centralidade dos temas políticos, no caso da história, o problema é um pouco mais grave. As universidades, em nosso entendimento, têm papel fundamental no enfrentamento desse desafio. E as mídias digitais são as ferramentas proeminentes. Vivemos um período de grandes transformações impulsionadas pelo digital, que leva à passagem de uma cultura e historiografia alfabética para uma cultura e historiografia digitais.

Ainda que tenhamos focado em uma história pública no sentido de divulgação de história, uma história feita para o público, devemos ressaltar que os artigos reivindicam a

importância de também saber ouvir o público e de trabalhar junto com ele, dentro do conceito de autoridade partilhada. Devemos ressaltar a diferença entre autoridade e ser autoritário. A primeira é bem-vinda; a segunda, uma atitude que deve ser evitada.

Apesar do reconhecimento dos avanços do campo da década passada para cá, as obras/autores visitados apontam que, para além das práticas de história pública serem bem-vindas, é necessário o aprofundamento da reflexão acerca da própria noção de história pública. Esta dimensão discute a função social da história, a sua relação com a cultura e a sociedade contemporâneas. Encontramos alguns apontamentos sobre marcos históricos da história pública no Brasil que merecem especial atenção. Esses apontamentos elegem a década passada como fundamental para o campo no país. Acrescentamos, com base em nossa leitura e pesquisa, que a ampliação das práticas de história pública nas universidades passa por uma especial valorização da extensão universitária, que juntamente com o ensino e a pesquisa, forma os pilares da atuação das universidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo. Letra e voz, 2011.

ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo. Letra e voz, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **História digital**: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo. Petrópolis: Vozes, 2022.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de et al. **Divulgação científica, redes sociais e historiadores engendrando novas histórias**: entrevista com Bruno Leal. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, [online], v. 22, n. 3, p. 1067-1079, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702015000300025>.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Café história: divulgação científica de história na internet. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. **História pública e divulgação de história**. Rio de Janeiro. Letra e voz, 2019.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. Introdução: os lugares do historiador-divulgador. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. **História pública e divulgação de história**. Rio de Janeiro. Letra e voz, 2019.

CERQUEIRA, Roberta. Pesquisa publicada é pesquisa divulgada? A experiência de divulgação da revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos e seus públicos. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. **História pública e divulgação de história**. Rio de Janeiro. Letra e voz, 2019.

COELHO, Ilanil; Sossai, Fernando Cesar. **Aproximações entre história pública e história oral**: o caso do Laboratório de História Oral da Univille Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 96 - 129. set./dez. 2016.

DIAS, Valéria. Jornalismo e divulgação científica em história e ciências humanas. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo. Letra e voz, 2011.

FRISCH, Michael. **A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History**. Albany, NY: State University of the New York Press, 1990.

HABERMAS, Jürgen. “Não pode haver intelectuais se não há leitores”. El País. 7 mai 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html?fbclid=IwAR0M-nMhjrObnlWiYndktUFRnojJNRkDBLjY6JfNTaSpLszIgLw6sGxP9oE < Acesso em: 20 nov 2018.

HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. História pública e ensino de história: caminhos em movimento. In: HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. História pública e ensino de história. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo. Letra e voz, 2011.

LUCCHESI, Anita; SILVEIRA, Pedro Teles da. O laboratório da história pública digital: aprender entre experimento e negociação. In: HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **História pública e ensino de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

MARTINO, Luiz Mauro Sá. **Teorias das mídias digitais**: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAUAD, Ana Maria. História pública e história do tempo presente no Brasil. Entrevista com Ana Maria Mauad por Rogério Rosa Rodrigues e Viviane Borges. In: RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane. **História pública e história do tempo presente**. São Paulo. Letra e Voz, 2021.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil**: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, 348p.

NOIRET, Serge. História pública e história do tempo presente no contexto europeu. Entrevista com Serge Noiret por Rogério Rosa Rodrigues e Viviane Borges. In: RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane. **História pública e história do tempo presente**. São Paulo. Letra e Voz, 2021.

PACIEVITCH, Caroline. Ensino de história: narrativas que percorrem a escola e o público. In: HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **História pública e ensino de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

RODRIGUES, Icles; GOMES, Paulo Cesar. **Ensino de história e plataformas digitais**: os canais Leitura Obriga História e História da Ditadura. In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir. Fazendo História Pública. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

RODRIGUES, Icles. História no Youtube: relato de experiência e possibilidades para o futuro. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. **História pública e divulgação de história**. Rio de Janeiro. Letra e voz, 2019.

RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane. **História pública e história do tempo presente**. São Paulo. Letra e Voz, 2021.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo (orgs.). **História pública no Brasil**: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos combates pela história: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir. **Fazendo História Pública**. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, 348p.

STARLING, Heloísa Murgel; TELLES, Marcela; BRAGA, Pauliane. Um historiador na boleia do caminhão. In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir. **Fazendo História Pública**. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

WANDERLEY, Sonia. TV UERJ. Comunicação da Ciência | ao vivo. Youtube. 24 mai 2022. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=-ta0S8fuGRs&t=5156s> >. Acesso em: 19 dez 2023.

WANDERLEY, Sonia. Narrativas contemporâneas de história e didática da história escolar. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, 348p.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

Recebido em: 30 de abril de 2025.

Aprovado em: 09 de junho de 2025.